



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10680.000749/2002-79
SESSÃO DE : 16 de março de 2005
ACÓRDÃO N° : 303-31.919
RECURSO N° : 128.822
RECORRENTE : METALKAF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA : DRJ/BELO HORIZONTE/MG

SIMPLES - EXCLUSÃO INDEVIDA - RAMO DE FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES - NÃO PODE SER CONFUNDIDO COM ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL E/OU AQUELAS PRIVATIVAS DE ENGENHEIROS - ATIVIDADE NÃO SE ENCONTRA ENQUADRADA NOS DISPOSITIVOS DE VEDAÇÃO À OPÇÃO PELO REGIME ESPECIAL DO SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTO.

Comprovado que a recorrente se dedica ao ramo de fabricação de estruturas metálicas (armação, suportes e acessórios) e à prestação de serviços de instalações e como este ramo de atividade não se confunde com a prestação de serviços privativos de engenheiros, assemelhados e profissões legalmente regulamentadas, sendo essas atividades exercidas pela recorrente perfeitamente permitidas pela legislação vigente aplicável, é de se tornar sem efeito o Ato Declaratório que excluiu a recorrente no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

Recurso voluntário provido.

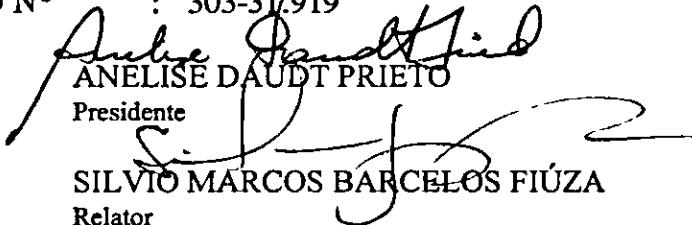
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

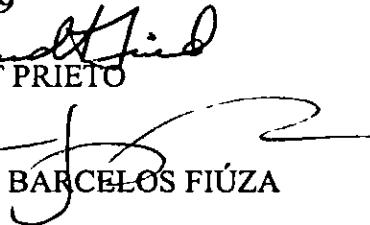
Brasília-DF, em 16 de março de 2005

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 128.822
ACÓRDÃO N° : 303-31.919


ANELISE DAUDT PRIETO

Presidente


SILVIO MARCOS BARCELOS FIÚZA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: NACI GAMA, SÉRGIO DE CASTRO NEVES, MARCIEL EDER COSTA, LUIS CARLOS MAIA CERQUEIRA (Suplente), NILTON LUIZ BARTOLI e TARÁSIO CAMPELO BORGES. Ausente o Conselheiro ZENALDO LOIBMAN. Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional MARIA CECILIA BARBOSA.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 128.822
ACÓRDÃO Nº : 303-31.919
RECORRENTE : METALKAF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA : DRJ/BELO HORIZONTE/MG
RELATOR(A) : SILVIO MARCOS BARCELOS FIÚZA

RELATÓRIO

Com base na Representação Fiscal apresentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS à Secretaria da Receita Federal – SRF, fls. 01/02, a recorrente que se encontrava enquadrada no Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, foi então excluída de ofício pelo Ato Declaratório DRF/BHE nº 05, de 16 de janeiro de 2002, fl. 24, motivado pela atividade econômica exercida, considerada impeditiva de sua inscrição no sistema: serviços de construção civil, enquadrada no art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Inconformada com o procedimento fiscal do qual teve ciência em 13/02/2002, fl. 25, apresentou impugnação em 26/02/2002, à fl. 26, alegando, em síntese, que desde 28/12/2001 não mais exerce a atividade de prestação de serviços de instalações elétricas e telecomunicações e que se dedica à fabricação de estrutura metálica. Afirma que o pagamento dos tributos nessa atividade, a ser excluída do programa lhe oneraria em muito os custo de seus serviços. Em face do exposto, requereu o cancelamento da exclusão, anexando diversos documentos.

É o Relatório.

Através do Acórdão Nº 01.334 de 18/07/2002 a DRF de Julgamento em Belo Horizonte/MG, indeferiu a solicitação da ora recorrente, nos seguintes termos que a seguir se transcreve, omitindo-se apenas as transcrições de legislações constantes do original:

“A impugnação apresentada atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, com as alterações.

No que se refere à Representação Fiscal do INSS, fls.1/2, vale esclarecer que as determinações legais constantes na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que trata da Organização e do Plano de custeio de Seguridade Social, são distintas das disposições normativas previstas na Lei nº 9.317, de 1996, que dispõe sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 128.822
ACÓRDÃO N° : 303-31.919

A interessada aduz, em resumo, que desde 28/12/2001 não mais exerce a atividade de fabricação de estrutura metálica.

O Ato Declaratório DRF/BHE nº 86/2001, excluiu a empresa do SIMPLES em virtude da atividade econômica exercida, considerada impeditiva de sua inscrição no sistema: construção de imóveis, enquadrada no inciso V do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996. (Transcreveu).

No Ato Declaratório Normativo da Coordenação-Geral do Sistema de Tributação/SRF nº 30, de 14 de outubro de 1999, consta:

I – a construção, demolição, reforma, ampliação de edificações;
II – sondagens, fundações e escavações;
III – construção de estradas e logradouros públicos;
IV – construção de pontes, viadutos e monumentos;
V – terraplenagem e pavimentação;
VI – pintura, carpintaria, instalações elétricas e hidráulicas, aplicação de tacos e azulejos, colocação de vidros e esquadrias; e
VII – quaisquer outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo.”

Assim dispondo, a lei assegurou expressamente à empresa excluída o direito ao contraditório e à ampla defesa, princípios originariamente insculpidos no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, e colocou a exclusão de ofício das pessoas jurídicas do SIMPLES ao amparo da legislação de regência do processo administrativo. Em consequência, o ato declaratório não prescinde da caracterização inequívoca do fato que o motivou em consonância com a norma legal impeditiva, nem da ciência formal da interessada a ela relativa, em cumprimento à legislação do processo tributário administrativo.

O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte relativo aos impostos e às contribuições pode ser usufruído desde que as condições legais sejam preenchidas, entre elas, encontram-se o limite da receita bruta auferida e o exercício de atividade econômica não vedada. Ademais, é obrigatória a exclusão do SIMPLES, com efeito, a partir do mês subsequente àquele em que se proceder à exclusão, ainda que de ofício, em virtude de a optante realizar construção de imóveis (art. 2º e art. 24 da Instrução Normativa SRF nº 34, de 30 de março de 2001).

A descrição do objeto social constante nos registros da Secretaria da Receita Federal corrobora as informações constantes no ato administrativo e evidencia a natureza da atividade econômica exercida: fabricação de esquadrias de metal para construção civil, fl. 57. Esta atividade está alcançada pela vedação relativa a

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 128.822
ACÓRDÃO N° : 303-31.919

construção de imóveis, expressamente identificada no inciso V do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996.

Restou evidenciada, portanto, a subsunção do fato à hipótese legal descrita no ato administrativo de exclusão do SIMPLES, tornando inadmissível a manutenção no mencionado sistema.

Em face do exposto, voto pelo indeferimento da solicitação da empresa. Relatora: Carmen Ferreira Saraiva”

A recorrente tomou ciência dessa decisão através de Intimação via AR que repousa às fls. 67, na data de 16/09/2002, tendo apresentando recurso voluntário com anexos, tempestivamente, em 14/10/2002 (fls. 77 a 155).

Neste seu arrazoado recursal, além de manter os argumentos apresentados a autoridade *A Quo*, a recorrente rebate os argumentos utilizados pela Dra. Relatora, inicialmente quanto a supostas distinções normativas entre a legislação de regência do Programa SIMPLES e a que trata da Organização e do Plano de Custeio da Previdência Social.

Em seguida rebate a forma como foi excluída a recorrente do SIMPLES, por meramente constar no seu Contrato Social a atividade de Prestação de Serviços de Instalações, por ser esta atividade meramente interativa à comercialização de seus produtos.

Ademais, demonstra que a sua linha de produção é do tipo de estruturas metálicas e peças especiais destinada quase que dedicada exclusivamente ao segmento das empresas de telecomunicações e eletricidade, totalmente diferente da tradicional utilizada em grande escala nas obras civis, tipo armações e coberturas, suportes, etc. etc., encaminhando em anexo: catálogos, desenhos, informações técnicas, lista de produtos e diversas Notas Fiscais emitidas para comprovação do fim a que se destina.

Finalmente, apresenta argumentos para tentar comprovar a inexistência de vínculo de sua linha de produção com obras civis e de engenharia, solicitando então, que o recurso seja provido.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 128.822
ACÓRDÃO N° : 303-31.919

VOTO

Tomo conhecimento do recurso, que é tempestivo, estando revestido das formalidades legais, bem como, trata-se de matéria da competência deste Colegiado.

Pelas razões e documentações extraídas no bojo do processo, verifica-se que a exclusão da recorrente do SIMPLES se deu pelo motivo de que a mesma prestaria serviços na área de construção civil.

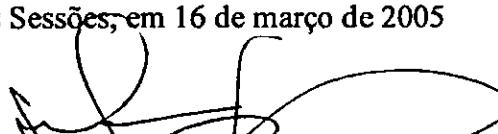
Comprovado exaustivamente, que a recorrente se dedica ao ramo de fabricação de estruturas metálicas especiais, destinadas ao segmento das empresas de telecomunicações e eletricidade, totalmente diferente da tradicional utilizada em grande escala nas obras civis, tipo armações e coberturas, tendo inclusive anexado diversos catálogos, desenhos, informações técnicas, lista de produtos fabricados (armações, suportes e acessórios), e, inúmeras Notas Fiscais emitidas para comprovação do fim a que se destinavam esses produtos, bem como, a prestação de serviços de instalações, e como este ramo de atividade não se confunde com a prestação de serviços privativos de engenheiros, assemelhados e profissões legalmente regulamentadas, sendo essas atividades exercidas pela recorrente, perfeitamente permitidas pela legislação vigente aplicável, assim sendo, deve se tornar sem efeito o Ato Declaratório que excluiu a recorrente do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

Em vista disso, concluímos que as atividades que exercia e vem exercendo a recorrente, estão entre aquelas permitidas pela legislação para gozo dos benefícios do Programa SIMPLES.

Então,

VOTO para que seja dado provimento integral ao Recurso.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2005


SILVIO MARCOS BARCELOS FIÚZA - Relator